

Concepções dominantes acerca do espaço público versus fragmentação socioespacial: Análise empírica da cidade de Mossoró (RN)-Brasil^(*)

Dominant conceptions about public space and socio-spatial fragmentation: Empirical analysis of the city of Mossoró (RN)-Brazil

Pablo Martín Bender

Doctor en Geografía. Pós-doutorando, bolsista da FAPESP. Laboratório GAsPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Câmpus de Presidente Prudente. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional (CEP 19060-900) Presidente Prudente/SP, São Paulo, Brasil, pabломartinbender@gmail.com, ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8245-9813>

Recibido: 20 de septiembre 2020 || Aprobado: 9 de marzo 2022

Resumen

Se analisam as “concepções dominantes” relacionados à “esfera pública” e ao “espaço público” presentes em Habermas, Arendt, Sennett e Davis, expondo suas ideias, e as reflexões de seus principais críticos. Se argumenta que as concepções elaboradas pelos citados autores, estão relacionadas a uma visão consensual e inerte do espaço público, que impede considerar a possibilidade de insurgência ou transformação social. Posteriormente, apresentamos elementos de análises que permitem entender o espaço público a partir de uma perspectiva alternativa, dialética, e criativa; situada na realidade latino-americana, desenvolvendo a categoria de “fragmentação socioespacial”, à luz de observações realizadas durante dois trabalhos de campo acontecidos na cidade média de Mossoró, no nordeste brasileiro. Nossa proposta permite considerar as disputas e usos criativos que se realizam no espaço público, principalmente entre as classes subalternas, e que permitem reconsiderar a ideia de “morte” e “crise” do espaço público.

Palavras chaves: Esfera pública; Espaço público, Dialética espacial; Cidade média

Abstract

The ‘dominant conceptions’ related to ‘public sphere’ and ‘public space’ present in Habermas, Arendt, Sennett and Davis are analyzed, exposing their ideas, and the reflections of their main critics. It is argued that the conceptions elaborated by the cited authors are related to a consensual and inert vision of the public space, which prevents considering the possibility of insurgency or social change. Subsequently, we present elements of analysis that allow us to understand the public space from an alternative, dialectical, and creative perspective; located in the Latin-American reality, developing into the category of ‘socio-spatial fragmentation’, in the light of observations made during two fieldworks, which occurred in the middle city of Mossoró, in the Brazilian northeast. Our proposal allows us to consider the disputes and creative uses that are made no public space, mainly among the subordinate classes, and that allows us to reconsider the idea of ‘death’ and ‘crise’ of public space.

Keywords: Public sphere; Public space, Spatial dialectics; Middle city

^(*) Agência financiadora: bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo N° 2019/04430-6

Cita sugerida: Bender, P. M. (2022). Concepções dominantes acerca do espaço público versus fragmentação socioespacial: Análise empírica da cidade de Mossoró (RN)-Brasil. *Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía*, (31), 119. <https://doi.org/10.37838/unicen/est.31-215>
Este trabajo está bajo una licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional



INTRODUÇÃO

O presente texto realiza uma análise crítica acerca da chamada “concepção dominante contemporânea sobre o espaço público” (Aramburu Otazu, 2008, p. 144), e propõe elementos conceituais e metodológicos alternativos para sua compreensão desde a perspectiva teórica/metodológica da fragmentação socioespacial. Frequentemente, o espaço público é abordado desde uma concepção filosófica - política abstrata e ideal, que está vinculada com o pensamento liberal conservador, que o considera por vezes como inerte, e outras como democrático e harmônico. Tais enfoques, terminam por conformar modelos mais ou menos acabados que negam o conflito e a instabilidade inerentes ao espaço, assim como sua materialidade e historicidade. Não é raro observar que na América Latina, o debate sobre os espaços públicos esteja permeado por esta visão, elaborada em países centrais, extrapolada à realidade das cidades latino-americanas sem os devidos cuidados e críticas.

A concepção dominante sobre o espaço público; enfatiza a ideia da existência de espaços públicos pretéritos ideais (como a Ágora grega dos tempos helênicos, os cafés de Londres e Paris do século XVII e XVIII, ou os bulevares de Haussmann), ao tempo que postulam a ideia de que estaríamos atravessando por um período histórico de “involução urbana” (Davis, 2006, p. 191) em relação à cidade moderna.

Desde nossa perspectiva, coincidimos com Salcedo (2002) e Harvey (2015), defendendo a proposta de que essas representações de um passado ideal nunca existiram na realidade, e que as cidades pretéritas eram extremamente excludentes. Resulta importante discutir os autores propostos, porque seus enfoques ideológicos podem induzir ao erro metodológico de analisar a cidade desde um ponto de vista desejável, como se a “cidade anelada”, ancorada no passado, fosse mais autêntica que a cidade real. Tais pressupostos não consideram que a produção do espaço forma parte do processo histórico e dialético, e que o próprio processo de fragmentação socioespacial pelo qual estão atravessando as cidades latino-americanas, leva implícito o germe da disputa, o ato criativo, e a possibilidade de superação.

Desta forma, numa primeira parte do texto, propomos revisar o conceito de espaço público em dois dos autores que mais esforços dedicaram a desenvolver esta categoria, estamos nos referindo a Jürgen Habermas e Hannah Arendt. Ambos abordam a temática através de um critério comum, relacionado à idealização de espaços públicos que haveriam existido no passado, para desenvolver um debate contemporâneo, baseado no consenso e na harmonia. Posteriormente, e sob a mesma perspectiva analítica, são analisados os discursos relacionados à “morte” e “destruição” dos espaços públicos em Richard Sennett e Mike Davis, autores que apresentam uma visão pessimista, apocalíptica e estática do espaço público. Argumentamos que tais teorias cristalizam a estrutura social vigente e deixam transparecer a ideia de irreversibilidade da realidade, suposto teórico que, além de se distanciar das corroborações empíricas realizadas, eliminam do análise as disputas, sempre presentes e a possibilidade de superação das contradições.

Numa segunda parte, atenderemos a elementos relacionados à categoria de “fragmentação socioespacial”, a fim de apresentar uma proposta alternativa, relacionada com a realidade brasileira e latino-americana, que possibilite entender o espaço público não como um produto inerte, à maneira kantiana, senão como uma relação dialética entre forma, conteúdo e processo histórico.

Finalmente, vamos abordar exemplos de disputas e dinâmicas em espaços públicos da cidade média de Mossoró, localizada no estado do Rio Grande do Norte, usos cotidianos que contestam o processo de fragmentação socioespacial e permitem repensar a ideia de “morte” e “crise” do espaço público. As observações que apresentamos foram obtidas em trabalhos de campo realizados nessa cidade, no contexto do projeto temático Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas FragUrb.¹, nos anos de 2019 e 2022.

O ESPAÇO PÚBLICO EM HABERMAS

Um dos intelectuais mais citados na temática sobre espaço público, é o filósofo alemão Jürgen Habermas (2003), quem na sua obra, assume a “esfera pública” como lugar “ideal”, integradora e de acessibilidade universal, onde as pessoas se encontram para deliberar em igualdade de opinião. Para Habermas, por meio da “esfera pública” os sujeitos se comunicam e agem, formando uma estrutura que atua como mediadora entre os interesses comuns da esfera civil e o Estado. O conceito de “esfera pública” está principalmente ligado ao processo pelo qual o público (os indivíduos que fazem uso da razão e da argumentação), se organiza como portador da opinião e dos interesses coletivos, ocupando um espaço onde a crítica ao poder político se exerce.

Habermas baseia sua obra demonstrando como a classe burguesa em ascensão dos séculos XVII e XVIII ganhou poder social na Europa ocidental, através da comunicação aberta de ideias em cafés e outros locais de encontro público informal, provocando assim, mudanças nas leis do Estado e na estrutura da sociedade. A crescente participação de sujeitos, que hoje poderíamos denominar como de “classe média”, na criação de uma ordem social que refletisse seus interesses, fez com que as opiniões e as leis emanadas pelo Estado, abarcasse um público cada vez mais amplo. Estes grupos acreditavam que através do debate racional e público dos interesses particulares, poderiam ser alcançadas condições de igualdade entre pessoas de status social diferente, chegando a conseguir acordos acerca de questões referentes ao bem comum (Habermas, 2003).

Em Habermas, a esfera pública tem diferentes graus de representação, indo das relações comunicacionais simples realizadas em espaços físicos concretos (e que foram as primeiras a aparecer), até as mais abstratas, desenvolvidas através dos meios de comunicação. Se bem a esfera pública habermasiana não constitui necessariamente um espaço físico concreto, ela pode vir a coincidir com uma estrutura física:

Além disso, as esferas públicas ainda estão muito ligadas aos espaços concretos de um público presente. Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (Habermas, 2003, p. 93).

Não obstante, se bem Habermas reconhece a origem da esfera pública em âmbitos físicos concretos, que como foi colocado, eram os cafés e salões frequentados pela burguesia inglesa, francesa e alemã; o sentido que Habermas outorga ao espaço público é, em geral, metafórico. Sem embargo, muitos dos valores democráticos e libertários que, segundo Habermas, estão presentes na esfera pública, são extrapolados mecanicamente às análises acerca do espaço público concreto das cidades, criando modelos que

1 As cidades que formam parte de nosso projeto de pesquisa são: Chapecó/SC, Dourados/MS, Ituiutaba/MG, Marabá/PA, Maringá/PR, Mossoró/RN, Presidente Prudente/SP, Ribeirão Preto/SP e São Paulo/SP.

suprimem o conflito e as relações de territorialidade que existem no espaço público.

Descrições como as apresentadas a continuação, permitem observar a influência de Habermas em trabalhos acerca de espaço público: “expressão de integração cultural”, que tem “força para misturar grupos diversos”, (Borja, 1998, p. 7), espaço para “estar junto de estranhos” (Young, 1990, p. 337) que permite “que homens e mulheres possam ser diferentes a vontade”, num ambiente onde a “tolerância urbana” deixa aos cidadãos “serem felizes a sua maneira” (Innerarity, 2010, p. 117).

Desde um ponto de vista crítico, podemos dizer que a teoria de Habermas não considera que, longe de ser a esfera pública um âmbito democrático e consensual, ela surge com a exclusão dos interesses de trabalhadores, camponeses e mulheres. Como bem apontou Nancy Fraser (1993), existiram a partir do século XIX, ambientes públicos de debate não liberais, como os sindicatos e outras agrupações políticas, muitas delas conformadas por mulheres, que confrontavam abertamente com os interesses da esfera pública burguesa e masculina, descrita por Habermas. Greves, manifestações, distúrbios e reclamos por direitos, mostram a diversidade de espaços discursivos e “contra-públicos” existentes na sociedade.

Nesta linha de pensamento, a historiadora e urbanista da Universidade de Columbia, Rosalyn Deutsche (2018), julga que o modelo de Habermas é reducionista e homogeneizador das desigualdades, quando argumenta que as diferenças, em virtude do consenso e da razão, seriam diluídas. A perspectiva de uma esfera única, burguesa e masculina, transforma o debate político e social num diálogo reduzido e com poucos participantes, enquanto que supõe que as pessoas mantêm à margem da discussão suas diferenças e interesses privados. Segundo a autora: “Por mais que a esfera pública democrática prometa abertura e acessibilidade, nunca poderá ser uma comunidade política completamente inclusiva ou plenamente constituída. Consiste, desde o início, em uma estratégia de diferenciação que depende de certas exclusões constitutivas” (Deutsche, 2018; p. 133).

Para Deutsche, o ideal de um consenso não coercitivo, que é alcançado por meio da razão, é uma ilusão que se mantém mediante a repressão e a coerção das diferenças e das particularidades. Finalmente, para esta autora, o conflito e a instabilidade não comprometem a esfera pública democrática, senão que são condições da sua existência (Deutsche, 2018).

O “MUNDO COMUM” DE ARENDT

O conceito de “espaço público” também apareceu com força na análise que Hannah Arendt realizou sobre as sociedades democráticas e os regimes totalitários. O significado que ela atribui ao espaço público está relacionado principalmente com um plano comunicacional de aceitação de diferenças e compromisso cidadão. Segundo a autora, a democracia se exerce e se constrói só através de uma participação ativa dos cidadãos na esfera pública, plano do qual formariam parte os espaços públicos e outras formas de participação cidadã, como os meios de comunicação e as instituições (Arendt, 2008).

Para esta autora, ação e participação, debate, diálogo, pluralidade, diversidade, expressão e liberdade, conformam as características próprias do espaço público nas sociedades democráticas. Pelo contrário, os sujeitos ausentes da esfera pública, aqueles que ela chama de “indiferentes”, formariam parte do caldo de cultivo para a emergência de governos com características ditatoriais e autoritárias. Colocando a *Ágora* grega

como exemplo de participação cidadã, o espaço público moderno seria em Arendt o lugar para exercer a democracia, a dialética e a política; debater ideias, chegar a consensos e achar soluções coletivas para os problemas sociais (Arendt, 2008).

A diferença de Habermas, para quem a esfera pública é um âmbito de consensos, em Arendt, existe a possibilidade de dissensos, mas que seriam resolvidos dentro do domínio das instituições democráticas e do debate público. Através da aceitação das singularidades e da participação ativa na esfera pública, a sociedade consegue conviver em pluralidade e entendimento mútuo, enquanto que coloca como exemplos de democracias modernas os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. No espaço público, as pessoas pensam e agem de maneira diversa, mas compartilham um “mundo comum”, conforme salienta a autora: “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (Arendt, 2008, p. 62).

Apesar de ser uma autora frequentemente citada em trabalhos acadêmicos relacionados ao espaço público, devemos assinalar algumas omissões historiográficas que chamam a atenção na sua obra. Uma delas, que já foi apontada pelo próprio Habermas (2003), é a de considerar a *Ágora* grega como referência de espaço público democrático, e ao mundo antigo heleno, como modelo social e político. Esta ótica não tem presente que a antiga Grécia era uma sociedade escravista, e que da esfera política ateniense estavam totalmente excluídos os escravos, os imigrantes e as mulheres; é dizer, aqueles que não eram “cidadãos”, e que conformavam a maioria da população.

Por outro lado, conforme salientou Domenico Losurdo (2018), a teoria de Arendt não considera que as democracias liberais que ela analisa e coloca como exemplo, foram sustentadas e enriquecidas através da implantação de cruéis sistemas colonialistas e imperialistas, processos isentos de toda crítica na sua obra e na sua concepção de esfera pública como “mundo comum”.

Outro ponto questionável na obra e vida de Arendt, foi sua rejeição à formulação de leis que integrassem afrodescendentes e brancos nos Estados Unidos, sob o fraco argumento de que a esfera social não é política, argumento esboçado no seu artigo “Reflexões sobre Little Rock” (Arendt, 2004); controvertido texto que o próprio Richard Sennett qualificou como de “muito obscuro” (Sennett, 2018; s/p). As chamadas “Leis de Jim Crow”, afetaram à população afrodescendente dos Estados Unidos, desde a abolição da escravatura até o ano de 1965, estabelecendo segregação e discriminação nos usos de praças, parques, moradias, filas de espera, escolas, banheiros, serviço militar, transporte, emprego, atendimento médico e inclusive, com restrições ao sufrágio. Em outras palavras, a esfera pública foi uma das principais dimensões afetadas pelo racismo institucionalizado nos Estados Unidos, problemática de extrema importância (e atualidade), que, “curiosamente”, nunca foi abordada de maneira crítica pela autora.

O diretor do Centro de Pesquisas Jurídicas da Universidade Autónoma de Campeche, Dr. Alejandro Sahuí Maldonado, um dos principais promotores e divulgadores da obra de Arendt na América Hispânica, admite que, se tratando de pessoas afrodescendentes, a filósofa foi inconsistente com sua postura sobre o tema racial, conformada somente a partir da questão judaica (Sahuí Maldonado, 2009).

A MORTE DO ESPAÇO PÚBLICO EM SENNETT

Outro dos autores “clássicos” citados em boa parte da literatura relacionada a espaços públicos é Richard Sennett, e sua obra “*The fall of the public man*”, título que foi

traduzido ao português como “O declínio do Homem público” (1999), mesmo que a palavra *fall* signifique em inglês “queda”, e não “declive”.

Nesse livro, Sennett descreve um processo de constante deterioração da vida pública moderna e a erosão dos valores culturais, que se inicia com a queda do Antigo Regime, e culmina na época contemporânea. O “teatro diário” da “cidade cosmopolita”, onde o “homem público” propicia de “ator” (Sennett, 1999, p. 180), estaria caracterizado por enérgicas e variadas relações públicas e comerciais que tinham lugar em Londres e Paris, nos anos de 1750. Na sua obra, onde o espaço aparece como sinônimo de palco, aquele homem público e “cosmopolita” foi se transformando numa espécie de consumista, vítima (passiva) das forças do capitalismo e do consumo, processo no qual foram corroídos valores outrora fundamentais, tais como compromisso, confiança e lealdade. Neste contexto, a psicologia do homem contemporâneo não seria útil para conformar um sistema de valores numa nova sociedade, devido a suas características estéticas e anti-tradicionais, centradas no sujeito e não na sociedade. Nestas condições, o espaço público estaria “morto” (Sennett, 1999, p. 26), sendo considerado como sinônimo de passagem e circulação de carros, sem áreas de encontros ou de permanências; vazio de sentido por causa da visão íntima dos indivíduos e da própria configuração urbana traçada pelos arquitetos e urbanistas.

Em referência ao livro de Sennett, autor que, segundo ele próprio “atravessou um período muito conservador e logo foi liberal” (Sennett, 2018, s/p); o sociólogo alemão da Universidade de Munique, Helmut Dubiel (1993), o califica como sendo uma crítica cultural conservadora, e o acusa de ter feito uma reconstrução seletiva da modernidade. A atualidade em Sennett apareceria como um império de escuridão moral, dominado por uma exagerada decomposição cultural, feira de vaidades e culto às coisas triviais (Dubiel, 1993).

Ainda segundo Dubiel (1993), o destino da cultura na modernidade, desde um ponto de vista conservador, consiste numa constante erosão irreparável das tradições (impostas de maneira autoritária), que produzem conformidade no contexto social. Radicalmente oposto a este ponto de vista, seria aquela perspectiva na qual a erosão cultural, considerada como uma desgraça em Sennett, constitui-se na possibilidade histórica de mudança social e autodeterminação política e cultural. A sociedade é moderna não só pelo grau de avanço técnico alcançado, afirma Dubiel, mas também pelo fato de que cresce nela, a partir das suas próprias contradições, a possibilidade de transformação social, política e cultural (Dubiel, 1993). Por outro lado, o discurso sobre a “morte dos espaços públicos” pode ser comparado à tese do “fim da história”, de Francis Fukuyama ([1989], 1990), no sentido de que este autor, apresenta a sociedade atual como negação da possibilidade de transformação do mundo capitalista.

O geógrafo brasileiro Milton Santos, também parece contestar o aparente caráter individualista do homem contemporâneo, burguês e consumidor de Sennett, com uma apreciação acerca das marcadas características públicas e comunicacionais presentes entre os menos favorecidos, aqueles à margem do sistema que Sennett crítica. Apesar de ser uma citação longa, vale a pena colocá-la por extenso, pois reflete acerca da nutrida vida pública das classes populares, e sobre o valor do conceito de lugar como espaço de resistência criativa:

Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e

informativos, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer - carência de todos os tipos de consumo (...). Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar. Então, o feitiço se volta contra o feiticeiro. O consumo imaginado, mas não atendido (...), produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência (Santos, 2006; p. 221).

O conceito de lugar, entendido como uma síntese das relações verticais e horizontais no qual transcorre a vida cotidiana, se apresenta como um espaço onde a ação política e as solidariedades que brindam as relações de proximidade, se territorializam (Santos, 2006). Nele se confrontam as forças organizacionais, com ações espontâneas e criativas que permitem o movimento, as disputas, a resposta e a insurgência. Neste sentido, existe uma extensa produção bibliográfica, sustentada empiricamente, acerca dos usos que as classes subalternas fazem do espaço público nas cidades latino-americanas (Bender e Góes, 2022; André Souza, 2018; Duhau e Giglia, 2004, 2010; Ramirez Kuri, 2008).

MIKE DAVIS E A DESTRUIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Mike Davis, no seu livro “*Cidade de quartzo*” (1993), principalmente no capítulo quatro, denominado Fortaleza LA, discute o que ele chama de “destruição do espaço público”, processo derivado de uma série de políticas urbanísticas, arquitetônicas e de atividades de coerção policial que, segundo o autor, tem dado lugar a um processo de contra urbanização. Neste contexto, os subúrbios têm se transformado em áreas de terror em função da guerra levada adiante pelas forças da ordem, e os “espaços públicos genuinamente democráticos” tem cedido lugar a “pseudo espaços públicos”, destinados a consumidores de alta renda, através da construção de shoppings, centros de escritórios e acrópoles culturais (Davis, 1993, p. 208). No seu texto, a cidade de Los Angeles aparece como o lugar arquetípico da “subordinação passiva das *intelligentsia* industrializadas ao programa do capital” (Davis, 1993, p. 207), fazendo coincidir a ascensão dos serviços de segurança privada com a privatização de ruas, praças, parques e praias; e a demolição de equipamentos públicos.

Se bem é difícil contestar os fatos apresentados por Davis, sem dúvidas preocupantes e bem documentados, a “destruição” inexorável (ou “morte”) do espaço público que ele supõe, tem implicações políticas que se derivam da sua crítica lapidária aos processos urbanos, desembocando numa forma de determinismo histórico e geográfico. A ideia de que existe uma “subordinação passiva do espaço público ao programa do capital” (Davis, 1993, p. 207), veda a possibilidade da luta política contra as forças do mercado, deixando entrever uma concepção inerte do espaço, completamente submetido às forças verticais da globalização.

O trabalho de Crawford (2014), professora da Universidade de Califórnia, intitulado “*Difuminando los límites: espacio público y vida privada, faz uma alusão crítica à suposta retração do ‘homem’ para a vida privada*”, proposta por Sennett, enquanto que procura um marco alternativo à visão apocalíptica de Davis acerca do espaço público na cidade de Los Angeles. Nesse texto, Crawford revela uma multiplicidade de atividades simultâneas que são realizadas em ruas, calçadas, estacionamentos de carros e garagens dessa cidade, que segundo a autora, vão gerando pouco a pouco, espaços de resistência e disputas, muitas vezes organizados politicamente.

Se bem Crawford reconhece que o “espaço construído” de Los Angeles é disperso, vigiado e destinado principalmente à circulação de automóveis, também destaca que o “espaço vivido” desenvolve nesta “cidade fragmentada, formada por uma coleção de micro-cidades”, uma singular materialidade, dinâmica e criativa em seus espaços públicos banais. Esta interação está constituída pelas relações estabelecidas entre donos e clientes de pequenos comércios, formais e informais, e por grupos de defesa dos direitos civis, que integram de maneira silenciosa, mas organizada, o tecido social de Los Angeles (Crawford, 2014, p. 126).

Assim, Crawford menciona como exemplos de apropriação do espaço público as grandes manifestações contra a violência racial que tiveram lugar nos últimos anos na cidade, enquanto que também analisa a fluída cotidianidade das vendas realizadas em garagens, nas calçadas (onde os imigrantes jogam um papel preponderante), e nos “ambíguos” jardins dos frentes das casas dos subúrbios de Los Angeles. Segundo a autora, a soma dessas atividades cotidianas realizadas no espaço público, poderiam ajudar a superar a fragmentação de Los Angeles, seus limites visíveis e invisíveis de classes, raças, etnias e religião (Crawford, 2014; p. 126). Ainda, segundo a autora:

Las ventas individuales en garajes no pueden crear por sí mismas una nueva política urbana, pero las yuxtaposiciones, las combinaciones y las coaliciones de gentes, lugares y actividades que he descrito, crea una nueva condición de fluidez social que comienza a romper las diferentes, especializadas y jerárquicas estructuras de la vida cotidiana de Los Ángeles. (...) estas inesperadas intersecciones pueden poseer el potencial liberador que Henry Lefebvre atribuía a la vida urbana. A medida que los encuentros casuales se multiplican y proliferan, las actividades del espacio cotidiano, pueden comenzar a disolver algunos de los límites previsibles de raza y clase (Crawford, 2014, p. 130).

Consideramos que textos como os de Margareth Crawford são exemplos de um olhar dialético e necessário sobre a produção do espaço público, enxergando suas possibilidades, conflitos e dinâmicas. Ante a negação descrita em *“Cidade de quartzo”*, e colocando uma visão alternativa à reclusão do homem à vida íntima proposta por Sennett (1999), a autora consegue ver as possibilidades de superar, pouco a pouco, a fragmentação social existente na cidade, sobretudo a partir das relações estabelecidas entre as classes subalternas.

Por sua vez, André Souza (2018) sugere que a “tese do fim dos espaços públicos” associada às cidades pós-modernas (principalmente dos EUA) e generalizada para cidades em todo o mundo, deve ser problematizada; assim, propõe a substituição da palavra “fim” (com sentido de finitude), pela expressão “fins”, com sentido de “finalidades”. Considera mais apropriado constatar a multiplicidade de novos usos e finalidades do espaço público, que decretar sua “decadência” ou “crise”. Para ele, anunciar seu “fim” generalizado é uma interpretação “drástica e pessimista”, que não favorece a construção de possibilidades alternativas e novas interpretações (Souza, 2018, p. 203). Trabalhos baseados em pesquisas empíricas focadas nas grandes metrópoles latino-americanas, como a Cidade do México, reinterpretam tal “crise” em termos da dissociação entre o espaço juridicamente público e as práticas da vida cotidiana, com base na constatação de que as classes médias e altas realizam cada vez com menos frequência este tipo de práticas no espaço público (Duhau e Giglia, 2008, p. 59).

ESPAÇO PÚBLICO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Se bem falar da “morte” do espaço público, ou de sua destruição inexorável possa formar parte de um discurso que não contempla a possibilidade de disputas, conflitos e

saídas “criativas”, temos que considerar que nas últimas décadas, as cidades da América Latina têm experimentado profundas modificações nas relações público/privadas que permeiam a vida urbana. Neste sentido, a partir da década de 1990, conforme aponta Prévôt-Schapira (2001), nas cidades da América Latina se produzem fortes câmbios na função conectiva e integradora que desempenhava o espaço público. Sendo assim, novas lógicas começam a modificar as políticas que haviam sido implementadas com a finalidade de manter a unidade urbana durante o “período nacional e popular” (entre os anos de 1940 e 1970). Ainda segundo a autora, estas novas relações estariam modificando as tradicionais formas de urbanização, construídas sobre a existência de um espaço público contínuo, que permitia a integração física da cidade através da infraestrutura pública (pelo menos desde um ponto de vista jurídico e formal).

Desta maneira, a retração a “espaços privados coletivos”, a emergência de condomínios fechados, shopping centers e clubes privados; o aumento da participação privada na gestão da cidade, a privatização da segurança e a imobilidade (tanto social quanto espacial); seriam os principais aspectos que caracterizam ao processo de fragmentação socioespacial (Prévôt-Schapira 2001, p. 40). Esta nova configuração urbana tem gerado mudanças e ambiguidades na tradicional separação jurídica entre espaço público e privado, e no uso do monopólio legítimo da coerção, duas das bases da organização territorial dos Estados Modernos, criando, inclusive, lacunas legais na legislação sobre esses aspectos.

Segundo Sposito e Góes (2013, p. 294), também em numerosas cidades médias do Brasil, existe em curso um processo de “auto segregação que se intensifica”, através da adoção de barreiras, tanto materiais quanto culturais, para procurar manter altos padrões de segurança, consumo e status, e que se manifesta no espaço urbano através da construção de condomínios fechados e shopping centers. Por meio da adoção de estratégias de separação físicas e simbólicas, e fortes medidas de segurança, seriam debilitadas as relações entre os cidadãos, conformando o processo de fragmentação socioespacial (Sposito e Góes, 2013; Sposito e Sposito, 2020).

No Brasil, em 2016, depois do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer estabeleceu um limite para os gastos públicos do governo federal para os próximos 20 anos a partir de 2017, tendo como base o orçamento do governo em 2016. Desta maneira, o chamado “teto de gastos” estabeleceu um limite de gastos para a União, controlado por lei, através de uma Emenda Constitucional, política sem precedentes no mundo. Isso implica que, na prática, as despesas do governo não terão crescimento real por 20 anos. A diminuição do gasto público afeta principalmente as classes sociais menos favorecidas- as mais dependentes dos serviços oferecidos pelo Estado -, aumentando os indicadores de desigualdade social no país, que haviam melhorado na década passada, impactando também na qualidade dos espaços públicos das cidades brasileiras e acelerando o processo de fragmentação socioespacial.

De todas formas, se afastando de uma concepção linear ou cartesiana do espaço, que como vimos, está presente em autores como Davis (1993) ou Sennett (1999), a categoria de fragmentação socioespacial se relaciona com a idéia de dialética espacial de Lefebvre, reconhecendo que a realidade urbana é marcada por contradições, e que somente pode ser entendida por meio da análise dessas contradições. No coração do pensamento dialético de Lefebvre se encontra um conceito desenvolvido por Hegel: das *Aufheben Des Widersprechen*: “suprassunção da contradição”, termos que significam, por um lado, negação e superação; e, ao mesmo tempo, preservação e colocação em um nível superior (Lefebvre, 2000; Schmid, 2012).

Na supressão, há sempre o risco de um possível fracasso na ação, mas, ao mesmo tempo, uma possibilidade de realização, uma promessa de ato criativo. Entre a negação e a conservação, se encontraria, segundo Lefebvre, o indefinido, a possibilidade de mudança e realização, a abertura. O espaço para Lefebvre, sempre apresenta uma dimensão que contém as possibilidades, as incertezas e as probabilidades (Lefebvre, 2000; Schmid, 2012).

Como fora comentado, é o “lugar” o campo onde acontece a síntese da dialética espacial, e onde o processo de fragmentação socioespacial encontra seus limites e resistências. Nele ocorre o confronto entre as escalas do território, entre os lugares em rede e os lugares contíguos, entre o local e o global, entre as relações de hierarquia e de proximidade.

DISPUTAS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL OBSERVADAS NOS TRABALHOS DE CAMPO

Nos meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2022, foram realizados trabalhos de campo, junto a outros pesquisadores do Projeto FragUrb, na cidade de Mossoró, localizada no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil². Segundo estimativas do IBGE (2022), a cidade conta com 303.000 habitantes, enquanto que 38% dos domicílios apresentam rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, e só o 4.5% dos domicílios possuem vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), os quais se concentram principalmente na área central da cidade.

As atividades desenvolvidas durante o trabalho de campo estiveram relacionadas com observações nos espaços públicos centrais e em áreas de periferia, no shopping center, nos conjuntos residenciais fechados de alto padrão, e nos complexos habitacionais Minha Casa Minha Vida faixa 1 (MCMV). Além disso, foram realizadas entrevistas, enquetes e percursos acompanhados por espaços públicos³.

As áreas de lazer observadas no centro da cidade, local onde também habita a classe média, foram: praça da Saudade, praça Dix-Huit Rosado, praça Rafael Fernandes, praça Rodolfo Fernandes, praça Vigário Antônio Joaquim, praça da Redenção, Corredor Cultural e Parque Municipal. Constatamos que todos estes espaços estão bem equipados de infraestrutura e arborização, limpos e mantidos regularmente pelo poder público (figura 1). Também constatamos que nos condomínios fechados de Alto Padrão, como o Alphaville, existem fortes medidas de segurança e vigilância privada, além de numerosas opções de lazer privadas de uso coletivo, como piscinas, campos de futebol, quadras de tênis, academia, etc.

Pelo contrário, nas praças e áreas de lazer localizadas nos bairros periféricos que visitamos, como Santa Delmira, Rincão, Vingt Rosado e Odete Rosado, observamos a quase total falta de infraestrutura e arborização, sendo as vezes utilizados estes espaços como estacionamentos de carros e local para pastagem de cavalos (figura 2). Apesar disso, durante o final do dia, quando o sol cai e as temperaturas descem, não são poucas as crianças e jovens que se reúnem nestes espaços para jogar futebol, praticar esportes, brincar ou andar de bicicleta. Inclusive, numa das praças do bairro Santa

2 A Região Nordeste possui menos de um terço da população do Brasil (27,3%) e contribui com quase a metade (47,9%) de toda a pobreza estimada do país (IBGE, 2022).

3 Esta metodologia consiste, basicamente, em acompanhar um colaborador pelo espaço público, na prática que ele realiza cotidianamente, fazendo atividades esportivas ou de lazer, ao tempo em que vamos gerando um diálogo sobre os problemas e potencialidades do espaço público que ele utiliza.

Delmira, é organizado diariamente um bingo comunitário no qual participam dezenas de idosos, principalmente.



Figura 1. Espaços públicos no centro da cidade de Mossoró
Fuente: fotografia del autor



Figura 2. Infraestrutura de lazer e esportes em áreas da periferia de Mossoró
Fuente: fotografia del autor

Por outro lado, nas calçadas de bairros periféricos como Santa Júlia ou Santa Delmira, existe uma nutrida vida social, sobretudo a partir do final da tarde, quando os vizinhos costumam sentar na frente das suas casas para conversar e “ver o movimento”, inclusive colocando móveis como mesas e cadeiras para maior conforto. No primeiro desses bairros, também existe uma horta urbana comunitária, e não é raro ver roupa estendida na frente das casas (Figura 3).



Figura 3. Usos do espaço público nas periferias de Mossoró
Fuente: fotografía del autor

Por outro lado, a transformação de um trecho da antiga ferrovia no “Corredor Cultural”, um grande complexo de recreação, esporte e consumo de mais de 2km de extensão, e principal espaço público de Mossoró, foi uma grande obra de reforma urbana realizada pela prefeitura, que ocorreu depois do anúncio de milionários investimentos que seriam realizados pela Petrobras, no ano de 2005. A partir de então, o governo municipal e o capital imobiliário local e nacional têm investido na área central da cidade, atraindo bancos, residências e estabelecimentos comerciais voltados à classe média e alta. No Corredor Cultural, durante os domingos pela tarde se congregam milhares de pessoas para realizar encontros, caminhadas, corridas e pedaladas. Das 80 enquetes aplicadas neste espaço, e nos depoimentos obtidos, chamou particularmente nossa atenção que muitos dos usuários do Corredor Cultural, nos dias domingos, são moradores de bairros periféricos, como Barrocas, Dom Jaime Câmara e Dix-Sept Rosado. Mesmo não havendo ônibus durante os domingos pela tarde nesta cidade, muitos moradores de bairros afastados e de baixos recursos conseguem chegar ao Corredor Cultural de bicicleta, táxi lotação⁴ ou compartilhando Uber com amigos.

⁴ O Táxi Lotação é um meio de transporte muito popular em Mossoró, devido às poucas linhas de ônibus existentes na cidade. São “táxis coletivos”, que têm um percurso e funcionamento similar ao de um ônibus, com pontos,

Serpa (2004), que baseou sua análise a partir de estudos realizados em metrópoles como Salvador e Paris, afirma que o investimento realizado em grandes espaços públicos de lazer e recreação se concentra principalmente em áreas centrais e turísticas, e que os mesmos são usados e frequentados exclusivamente pela classe média. A dinâmica do Corredor Cultural de Mossoró, atraindo um bom número de pessoas que chegam desde as periferias, nos convida a refletir sobre as diferenças que existem entre o uso dos grandes espaços públicos em cidades médias e metrópoles. Nas primeiras, as distâncias e o tamanho da cidade imprime uma lógica peculiar aos espaços públicos centrais, que permite seu uso inclusive por moradores das periferias, principalmente durante os finais de semana. Apesar de haver indícios de que existe um processo acelerado de fragmentação socioespacial em Mossoró, principalmente sob a figura de condomínios fechados, problemas de transporte e desinvestimentos públicos em áreas periféricas, não devemos deixar de considerar as práticas realizadas pelos moradores das periferias em locais “nobres” e centrais, que disputam a produção e uso do espaço público.

Para finalizar, não queremos deixar de mencionar outro dos tantos usos criativos que os moradores da cidade fazem do espaço, reivindicando seu direito à cidade, e dando novos sentidos à chamada “crise” do espaço público. Na maioria das entrevistas realizadas a cidadãos de Mossoró, eles relatam que na cidade não existem espaços públicos suficientes para realizar esportes e atividades de lazer, ou que os mesmos se encontram muito afastados. Mesmo assim, não são poucos os mossoroenses que criam seu próprio espaço de lazer e esportes de uma maneira criativa, para subsanar essa falta.

Para conhecer um destes “espaços alternativos”, no dia 2 de fevereiro de 2022, bem cedo pela manhã, realizamos um percurso acompanhado em espaços públicos junto a Cláudio, morador do bairro Alto de São Manoel, saindo desde a frente do local de onde ele mora, e acompanhando a corrida que ele realiza diariamente sobre as margens da BR 110 (figura 4).

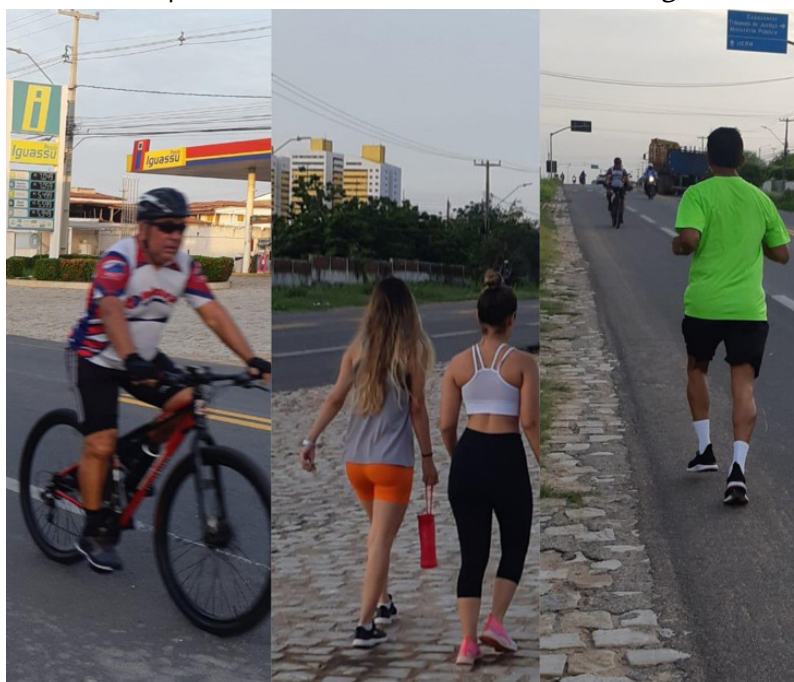


Figura 4. Prática de caminhada, ciclismo e corrida na beira da BR 110, em Mossoró
 Fuente: fotografía del autor

onde os usuários podem descer ou esperar. Seu valor é de R\$7.

Durante o percurso, foram muitas as pessoas que observamos fazendo corrida, caminhada e ciclismo nas margens da rodovia. Nosso colaborador mencionou que as mulheres costumam fazer caminhadas em grupos de dois ou mais, por temor a sofrer assédio ou assaltos, e que ante a falta de espaços adequados, ele se acostumou a correr nesse lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, podemos afirmar que tanto em Davis (1993) como em Sennett (1999), o retorno a um passado ideal utilizando uma perspectiva linear do espaço e do tempo, os coloca desconfortavelmente próximos aos discursos urbanos conservadores. Como demonstrou Harvey (2015), a cidade moderna do século XIX era extremamente excludente, e tampouco existiu no século XX um espaço público totalmente livre. Inclusive, poderíamos afirmar que a cidade atual é muito mais tolerante com as minorias que a cidade do passado.

Ideias sobre um espaço público democrático, livre e consensual, como os propostos por Arendt (2008) e Habermas (2003) na sua concepção de esfera pública, escapam à realidade histórica não só dos países governados durante o século XX por ditaduras, senão também das chamadas “democracias ocidentais”, que portas afora imprimiram práticas colonialistas e imperialistas em países do chamado “terceiro mundo”. Como salienta Deutsche (2018), na dinâmica dos conflitos e na aceitação de que existem setores excluídos da “esfera pública”, se encontra a possibilidade da realização democrática, e não no processo inverso.

Por outro lado, frequentemente se utilizam os aportes dos autores analisados de maneira crítica neste trabalho para estabelecer um claro vínculo entre esfera pública, espaço público e democracia, que se supõem, a priori, estreitamente conectadas, mas sem que sejam argumentadas adequadamente tais afinidades. Acreditamos que a Geografia possa aprofundar ainda mais na explicação (ou refutação) dessas relações.

Outro aspecto característico nas concepções dominantes acerca do espaço público, principalmente os relacionados com sua “morte” ou “destruição”, está relacionado a sua visão de sociedade, focada nas práticas dos estratos sociais médios e altos, burgueses e consumidores, incorrendo no erro da generalização universal. Se bem os grupos de alta renda, e inclusive a classe média, têm o poder político e econômico, eles não conseguem impor seus interesses sem enfrentar resistências e disputas. É por isso que consideramos importante abordar o espaço público desde a perspectiva da fragmentação socioespacial, que considera a dimensão dialética dos processos urbanos.

Neste sentido, no trabalho de campo realizado na cidade de Mossoró, foram corroborados empiricamente o intenso uso que as classes subalternas fazem do espaço público, e as disputas que se estabelecem na sua área central, e que contrariam os discursos acerca da “morte” do espaço público, se bem se observa uma tendência ao repliegue das classes médias e altas nesses espaços.

REFERÊNCIAS

- Aramburu Otazu (2008). Usos y significados del espacio público. *ACE: Arquitectura, Ciudad y Entorno*, Año III(8), 143-151.
- Arendt, H. (2004). Reflexões sobre Little Rock. Em H. Arendt, *Responsabilidade e julgamento* (pp. 261-281). São Paulo: Cia. das Letras.

- Arendt, H. (2008). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bender, P. M. y Góes, E. M. (2022). As disputas e a lógica fragmentária: novas relações entre espaços públicos e privados em Chapecó - SC. *Caminhos De Geografia*, 23(85), 54-68. <https://doi.org/10.14393/RCG238557336>
- Borja, J. (1998). Ciudadanía y espacio público. Em P. Subirós (ed.), *Ciutat real, ciutat ideal* (pp. 43-58). Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona, .
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora Edusp.
- Crawford, M. (2014). Difuminando los límites: espacio público y vida privada. Em A. M. Ramos (ed.), *La calle moderna. En 30 autores contemporáneos y un pionero* (pp. 122-132). Barcelona: UPB.
- Davis, M. (1993). *Cidade de quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta Editorial.
- Davis, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- Deutsche, R. (2018). Agoraphobia. Em E. de Magalhães y T. Martins (Orgs.), *Arte & Ensaios* n. 36, p. 116-173. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Escola de Belas Artes, UFRJ. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/search/titles?searchPage=2>
- Dubiel, H. (1993). *Que es el neoconservadurismo?* Barcelona: Anthropos.
- Duhau, E. y Giglia, A. (2004). Espacio público y nuevas centralidades. Dimensión local y urbanidad en las colonias populares de la Ciudad de México. *Papeles de Población*, 10(41), 167-194. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1405-74252004000300006&lng=es&nrm=iso
- Duhau, E. y Giglia, A. (2008). *Las reglas del desorden: habitar la metrópoli*. México DF: Siglo XXI Editores. Universidad Autónoma Metropolitana. Azcapotzalco.
- Duhau, E. y Giglia, A. (2010). El espacio público en la ciudad de México. De las teorías a las prácticas. Em G. Garza y M. Scheingart (coords.), *Los grandes problemas de México. Desarrollo urbano y regional* (pp. 389-448). México DF: El Colegio de México.
- FRASER, N. (1993), Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. In *Debate feminista*, núm. 4, vol. 7. México: pp. 23-58.
- Fukuyama, F. (1990). ¿El fin de la historia? *Estudios Públicos*, (37), 5-31. https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20200110/20200110153125/rev37_fukuyama.pdf
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Harvey, D. (2015). *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades Mossoró. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>
- Innerarity, D. (2010). *O novo espaço público*. Lisboa: Ed. Teorema.
- Lefebvre, H. (2000). *Metaphilosophie*. Paris: Édition Syllepse.
- Losurdo, D. (2018). *O Marxismo Ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Prévôt-Schapira, M. F. (2001). Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, (19), 33-56.
- Ramírez Kuri, P. (2008). La fragilidad del espacio público en la ciudad segregada. Em R. Cordera, P. Ramírez Kuri y A. Ziccardi (orgs.), *Pobreza, Desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI*. México: Siglo XXI, UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales.

- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (4. ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sahuí Maldonado, A. (2009). Pensar sin barandillas o los tropiezos del juicio: Arendt y el racismo. *Revista Internacional de Filosofía Política*, 34, 83-109. <https://philpapers.org/rec/MALPSB>
- Salcedo, R. (2002). El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *Revista Eure*, XXVIII(84), 5-19.
- Sennett, R. (1999). *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sennett, R. (2018, 19 de agosto). *O gratuito significa sempre uma forma de dominação*. Entrevista online concedida a Anatxu Zabalbeascoa para o jornal El País, suplemento Cultura. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/cultura/1533824675_957329.html
- Serpa, A. (2004). Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. *Espaço e Tempo*, (8), 21-37. <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123865>.
- Schmid, C. (2012). A teoria da produção do espaço em Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *Espaço e tempo*, (32), 89-109. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>.
- Soja, E. (1993). *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge: Blackwell.
- Souza, A. F. (2018). Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: um (re)visão. *Geografares: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*, pp. 182-213. <https://periodicos.ufes.br/geografares/issue/archive>
- Sposito, M. E. B. y Góes, E. M. (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- Sposito, E. S. y Sposito, M. E. B. (2020). Fragmentação socioespacial. *Mercator, Fortaleza*, 19, 1-12. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19015>
- Young, I. (1990). *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press.

Pablo Martín Bender es Licenciado em Geografia pela Universidad Nacional del Litoral (Argentina). Mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio doutoral na Università di Bologna (Itália), a través do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior financiado pela CAPES. Atualmente é bolsista pós doutorando da FAPESP, no Laboratório “Grupo de Pesquisa, Produção do Espaço e redefinições Regionais” (GAsPERR) da UNESP, campus Presidente Prudente. Foi professor de ensino médio na Argentina e também exerceu o magistério no departamento de Geografia da Universidad Nacional del Litoral (Santa Fé - Argentina), ministrando as disciplinas de Metodologia e Epistemologia da Investigação, Introdução à Geografia e Problemáticas Territoriais Mundiais. Seus focos de pesquisa são: a análise da formação sócio-espacial argentina e as dinâmicas da urbanização brasileira. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Câmpus de Presidente Prudente Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional (CEP 19060-900) Presidente Prudente/SP, São Paulo, Brasil, São Paulo, pabломartinbender@gmail.com, ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8245-9813>